

LUZES PARA UMA ÉPOCA: História da Igreja no Brasil

Gilberto Paiva

¹ AZZI, R. – GRIJP, K. van der, *História da Igreja no Brasil: terceira época – 1930-1964*. Petrópolis: Vozes, 2008, 686 p.

A tão esperada obra de História da Igreja no Brasil¹ referente ao período cronológico de 1930 a 1964, finalmente vem à *lumen*. Projeto da Comissão de História da Igreja na América Latina – CEHILA, a presente obra está classificada como Tomo II, 3-2. Diga-se de passagem, o Tomo II, 3-1, ainda não foi editado, o período que compreende a Primeira República, de 1889-1930. Os autores são os historiadores Riolando Azzi com uma vasta publicação referente à história da Igreja no Brasil e o pastor Klaus van der Grijp, escrevendo sobre as igrejas evangélicas.

O presente livro está dividido em quatro partes, sendo as três primeiras, dedicadas à Igreja Católica, e a quarta, às Igrejas Evangélicas. Coube ao historiador Azzi, redigir as três primeiras partes, que ocupam mais de 95% das páginas do livro.

Na primeira parte o autor vai tratar da relação da Igreja Católica e a sociedade brasileira enfocando nesta relação os vários segmentos desta mesma sociedade. Desde a separação da Igreja e Estado, em 1890, a Igreja se sentia como que órfã do apoio estatal. E a partir da década de 1920, há uma tentativa de aproximação entre as duas instituições, sobretudo por parte da Igreja, com a conivência do Estado. Inicia-se o período que o autor denomina *restauração católica*. E esta tentativa de restaurar, passa-se pelo conceito de sacralização da sociedade. *Segundo os prelados, com a organização do Estado leigo, a partir da decretação do regime republicano, a instituição eclesial fora marginalizada da vida pública e social. Por essa razão estavam realizando um esforço a fim de reconquistar uma posição de privilégio para a crença católica, sob a alegação de que se tratava de*

um direito assegurado pela própria tradição cultural do país. De fato, a idéia ampla de sacralidade se afunila, em termos concretos, num plano para recatolizar o país.

Com este objetivo Azzi, descreve a primeira parte em 13 capítulos, onde apresenta dentro do contexto eclesial os indígenas, os negros, a pessoa do campo, a nascente classe operária nas cidades. Coloca também as reivindicações sobretudo do ensino religioso nas escolas e o problema do menor abandonado nas cidades e o papel da mulher e da família na construção de desta sociedade católica. Ele termina esta primeira parte, mostrando os ideais dos bispos neste intuito de sacralização, de construir a Cidade de Deus, da teologia agostiniana, no Brasil. *A fim de implementar o projeto de recatolizar o país, os bispos decidiam solicitar a colaboração do poder político, em troca de um apoio declarado ao governo.*

A Segunda Parte do livro, com 12 capítulos, vai tratar da relação da Igreja católica com o Estado Brasileiro. Para levar avante o projeto de sacralização da sociedade brasileira, a Igreja considerava imprescindível contar com a colaboração do Estado. A Igreja aproveitou o período em que o Brasil vivia momentos na formação de sua nacionalidade, sobretudo após a decretação do Estado Novo (1937), para reivindicar a sua participação neste processo. Militares, família e educação católica foram temas que estiveram em pauta neste período estudado. Tanto a Igreja católica como o Estado brasileiro deviam deixar de lado as posições extremadas do passado, para, através de entendimentos continuados, organizarem um projeto de mútua cooperação.

O autor destaca algumas figuras do episcopado nacional que foram destaque e que colocaram a frente este projeto de aproximação da Igreja ao Estado. No Rio de Janeiro, o cardeal-arcebispo Dom Sebastião Leme; no Mato Grosso, Dom Francisco de Aquino Corrêa; em Minas Gerais, Dom Antonio Cabral; e no Rio Grande do Sul, Dom João Becker. Com os bispos, lideranças e intelectuais católicos, juntamente com a fundação de movimentos reivindicatórios tanto no âmbito educacional como para esclarecimentos nas decisões políticas. Praticamente todo este período em questão, esteve no poder o presidente Getúlio Vargas (1930-1945 e 1950-1954). Na tentativa de união dos dois poderes, Dom Antonio Cabral em sua carta pastoral de 1922, dizia: *Foi sempre norma esclarecida da Igreja de Jesus Cristo prestar máximo apoio, manifestar profundo apreço aos representantes do poder civil. Ela os considera investidos, pelo próprio Deus, da autoridade que exercem, orientando e encaminhando os destinos dos povos.*

Na década de 1950, a Igreja se firmava como uma instituição mais forte que nos períodos anteriores. Segundo Azzi, du-

rante a gestão política de Juscelino Kubitschek, o principal representante da hierarquia eclesiástica junto ao governo continuou sendo Dom Helder Câmara, amigo pessoal do presidente [...] Kubitschek e Dom Helder tinham entre si uma curiosa semelhança na misteriosa mistura de conservadorismo e audácia que forma os seus caracteres.

Dom Sebastião Leme já tinha em vista investir nas faculdades católicas desde quando assumiu a arquidiocese de Olinda e Recife e lançou uma carta pastoral manifestando tal desejo, em 1916. Inspirado nos ideais medievais, ele dizia: *A nós se impõe o dever de darmos os passos necessários para que à mocidade estudiosa se abram escolas superiores francamente católicas. Será mais uma glória para a nossa ilustre sede arquiépiscopal o resuscitar aqueles tempos em que, ao lado das catedrais, se erguiam as mais respeitadas universidades.* Posteriormente, foram declaradas pontifícias, em 1947, as Universidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Nos anos seguintes, surgiam as seguintes universidades católicas: Porto Alegre, 1948; Recife, 1952; Campinas, 1955; Belo Horizonte, 1958. E mais cinco, de 1959 a 1961.

O autor termina este item da educação católica, citando o Padre Edênio Valle, numa avaliação feita em 1989, dizendo que o grande investimento da Igreja nesta área, acabou favorecendo apenas uma elite sem qualquer benefício para as camadas mais populares. *Foram aplicados bilhões de dólares. Milhares de leigos, religiosos e sacerdotes dedicaram-se a esta tarefa. Interessa o tipo de ciência produzido pelas universidades católicas? Interessa o seu ensino, e o pouquíssimo que estas escolas dispendiosas conseguem transmitir aos jovens que as freqüentam? Não é ele um dos empecilhos para que a Igreja se libere das amarras que a prendem a um passado, que a afastou do povo, e a tornou aliada das classes brasileiras abonadas?*

Quanto ao conteúdo apresentado na terceira parte está o fortalecimento da instituição dentro do contexto social da época, cujo título é: organização institucional católica. Segundo o autor, ele segue a metodologia da CEHILA, isto é, escrever a história da Igreja a partir do povo. Então começa pelas prelazias e missões indígenas, sobretudo na região amazônica e áreas de fronteiras. A maioria destas prelazias foi entregues às Ordens e Congregações Religiosas de índole missionária, no intuito de arrebatar recursos econômicos e pessoal disponível para este trabalho de evangelização. Como ex-salesiano, o autor dá destaque a esta Congregação, talvez pelas familiaridade com as fontes e o contato com antigos colegas.

No Segundo Capítulo dá-se o destaque da passagem do catolicismo de matriz luso-popular para um catolicismo mais romanizado. O enfoque é a festa de Cristo Rei como expressão

deste catolicismo militante. Já no Terceiro Capítulo o destaque foi para as grandes manifestações da fé, como os Congressos Eucarísticos. Faz referência sobretudo à Congregação dos Missionários Redentoristas e o papel das missões populares na finalidade de dar um aspecto mais sacramental e clerical ao *catolicismo brasileiro*. O primeiro Congresso Eucarístico nacional foi em 1933, na Bahia, seguidos por Belo Horizonte em 1936, Recife em 1939, São Paulo em 1942, Porto Alegre em 1948, em Belém em 1952 e Curitiba em 1960. O destaque foram os Congressos Eucarísticos no Rio de Janeiro, em 1922 e em 1955. Era a tentativa de manifestação pública da força da instituição católica dentro da sociedade brasileira.

Numa manifestação quase sempre apologética, a Igreja passou a investir nos meios de comunicação social, numa tentativa de moralizar o lar, a família católica, primeiro com uma boa leitura. Foram fundados diversos periódicos com a mesma orientação: educar os católicos na ortodoxia religiosa, por um lado, e, por outro, combater com firmeza aqueles que eram considerados os inimigos da fé, e, mais especificamente, os protestantes. Faz comentários sobre alguns periódicos como os mineiros *O lutador* e *o Lar Católico*. Quanto às revistas de orientação católica, recebe um destaque a *Família Cristã*. Depois faz um breve apanhado sobre as rádios católicas, onde a partir da década de 1940, a Igreja passou a usar deste meio de comunicação.

Detalhadamente o autor apresenta a série de movimentos implantados na Igreja no Brasil, que contrapunham a força e a dinamicidade das irmandades e ordens terceiras, presentes nos séculos anteriores. Passando pela Associação das Filhas de Maria, Apostolado da Oração, Congregação Mariana, União dos Moços Católicos, Liga Jesus, Maria, José, por movimentos de casais, intelectuais católicos e outros, Azzi os perfilou, um por um, com sua história de implantação, objetivos e, o papel que exerciam no auxílio aos bispos no intuito de sacralizar a sociedade.

No item seguinte fala da importância de quatro movimentos que antecederam o Concílio Vaticano II, mas que já apresentavam as bases para uma futura renovação. Na década de 1930, o Movimento Catequético, o Movimento da Ação Católica e o Movimento Litúrgico. Já da década de 1950, o Movimento por um Mundo Melhor. No que se refere à formação do laicato, detalhadamente percebemos o papel dos monges beneditinos liderados por Martinho Michler, no que se refere ao papel da liturgia na vida da Igreja. Isso fez nascerem muitas vocações para a vida contemplativa, ainda que de início se realçasse o papel dos leigos na sociedade. Papel preponderante de vários jesuítas na formação de um laicato engajado e a influência de Jacques Maritain nas lideranças da Ação Católica.

Quando se trata do papel dos Institutos Religiosos, nota-se a preocupação em se manterem nos centros de decisões com os grandes colégios, hospitais e no trabalho paroquial, ainda que alguns institutos tenham tido uma pastoral de fronteira, sobretudo entre os indígenas. O autor destaca o posicionamento de vanguarda da Ordem Dominicana e das Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado. Estas, *sem dúvida, a declarada abertura do instituto para as moças negras, teve um papel expressivo, pelo numeroso contingente de candidatas 'de cor', conforme a nomenclatura da época, recebidas entre seus membros.*

O item seguinte trata da importância dos seminários e a formação que os meninos e jovens recebiam como preparação ao sacerdócio. Faz um relato dos diversos seminários até a fundação do colégio Pio Brasileiro, em Roma, em 1934. No Capítulo décimo, é nos apresentada a situação do sacerdote, do ministro quase sagrado em função do sagrado. Mostra-nos os indícios de renovação, sobretudo a partir da década de 1950, no que se refere ao papel das religiosas como ajuda para a pastoral paroquial e mesmo a parte externa do padre, deixando a batina e utilizando o *clergyman*.

Se sobre o padre recaía um 'ar' de sagrado pela sua função, sobre os bispos então, isto era ainda mais forte. Prevalcia a mentalidade tridentina de distanciamento do mundo e de guardiães da ortodoxia. Eram como que, repetidores do que a Santa Sé emanava em matéria de moral, bons costumes e outras exigências mais. Sobre este assunto, o autor gasta um capítulo para mostrar esta dependência extremada de Roma.

O grande momento da Igreja no Brasil: década de 1950. Pela maturidade da época, com a liderança de Padre Helder Câmara, pela colaboração da Ação Católica, foi fundada, em 1952, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, a CNBB. Em 1954, os religiosos fundam no Rio de Janeiro, a Conferência dos Religiosos do Brasil, a CRB.

E no último Capítulo, este autor dedica as páginas do livro ao tema: espiritualidade e santidade. *Ao lado de espiritualidade de cunho mais popular, vai se desenvolvendo nessas décadas uma nova perspectiva teológica, que passa a alimentar a vida espiritual de grupos mais seletos de leigos, religiosos e sacerdotes, em geral pertencentes às classes médias letradas. Ocorre então um deslocamento do enfoque institucional para a valorização do mistério de Cristo ou, em outras palavras, da centralidade ecle-siológica para o eixo cristológico, da teologia dogmática para uma espiritualidade mais patrística e bíblica.* Riolando Azzi termina a terceira parte da obra dando exemplo de três pessoas que viveram esta espiritualidade e são modelos de santidade: o leigo Joaquim Pedro Furtado de Menezes, a freira Amábile Wirsing (Santa Paulina) e o padre salesiano Rodolfo Komorek.

A Quarta e última parte, escrita por Klaus van der Grijp, apresenta as Igrejas protestantes entre 1930 e 1964. De forma muito sintética, ocupando apenas 20 páginas do livro, o autor primeiramente relaciona o protestantismo com a política do Período Vargas e com a Igreja Católica. Neste período, entre 1930 até o final da II Guerra, o protestantismo foi enfraquecido com os posicionamentos do governo brasileiro e a influência que a Igreja exercia na busca de reconquista de seu espaço junto ao mesmo.

Apresenta-se um histórico das igrejas presbiterianas (do Brasil, Independente, Conservadora e Fundamentalista), metodistas, episcopalianas e batistas. Descreve também o desenvolvimento das igrejas pentecostais, as duas mais tradicionais: Congregação Cristã do Brasil e Assembléias de Deus. Interessante a análise feita colocando as causas do crescimento dos pentecostais, com dados próximos à sociologia.

De modo bem objetivo, o Autor descreve o protestantismo de imigração e de missão e as relações inter-eclesiásticas e as tentativas de assembléias que falassem e unificassem as posições. Ainda que de forma sucinta, faltaram nesta quarta parte, indicações bibliográficas para consultas e posteriores leituras.

De modo geral, sobretudo as três primeiras partes, é um retrato da Igreja católica no Brasil, revelado a partir da História. Cabe destacar o papel da CEHILA neste projeto de escrever ou re-escrever a História da Igreja na América Latina a partir do povo e do povo pobre. Penso que o objetivo, o lugar e a posição de quem escreve ainda não foram de tudo alcançados, mas mesmo assim temos resultados positivos. Riolando Azzi tem uma vasta publicação, tanto em artigos como em livros a partir de suas pesquisas. É um especialista na história da instituição, com que descreve com facilidade e desenvoltura. O livro revela, também pela vasta bibliografia indicada, que o autor fez aí uma síntese de vários trabalhos e pesquisas, chegando agora o tempo da colheita. São centenas de indicações, de dados, de relatos sobre o povo de Deus, constituído e formado na eclesialidade católica.